



WRM BOLETIM

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais



[boletim imprimível](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

número 110 - Setembro 2006

Prezad@s amig@s,

Gostaríamos de salientar que a seção "Árvores Geneticamente Modificadas" deste boletim inclui um importantíssimo pedido de ação instando a Convenção sobre Diversidade Biológica a proibir as árvores transgênicas e gostaríamos de convidar todos vocês a subscrevê-lo.

Agradecemos seu apoio!

NOSSA OPINIÃO

- [Dia Internacional contra as monoculturas de árvores](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Brasil: campanha internacional contra a violência rural na Amazônia](#)
- [Bacia do Congo: financiamento internacional para apoiar uma atividade madeireira de linha oligárquica](#)
- [Laos: a madeira certificada pelo FSC é ilegal](#)
- [Nicarágua: mineração na Reserva de Biosfera do Sudeste da Nicarágua](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Brasil e Uruguai: as promessas da Stora Enso e a dura realidade](#)
- [África do Sul: impactos diferenciados das plantações de árvores nas mulheres](#)
- [Camboja: impactos das plantações de pinus na província de Mondolkiri](#)
- [Índia: irá a nova Política Florestal Nacional abrir a porta para as árvores GM?](#)
- [Indonésia: expertos da Aliança Banco Mundial/ WWF procuram novos caminhos para subsidiarem plantações](#)
- [Peru: os depredadores de ontem e de hoje, do desmatamento às plantações](#)

A PIOR CERTIFICAÇÃO DE PLANTAÇÕES

- [PEFC: respaldo a programas de certificação sem credibilidade no Sul](#)
- [Brasil: o programa de certificação CERFLOR não merece o mínimo de credibilidade](#)
- [Chile: o selo CERTFOR tem algum valor?](#)

ÁRVORES GENETICAMENTE MODIFICADAS

- [Abaixo- assinado à CBD exigindo a proibição das árvores geneticamente modificadas](#)

NOSSA OPINIÃO

- Dia Internacional contra as monoculturas de árvores

Em 2004, a Rede Alerta contra o Deserto Verde –que realiza campanhas no Brasil contra a expansão das plantações de árvores- teve a idéia de estabelecer o dia 21 de setembro (Dia da Árvore no Brasil) como o Dia Internacional contra as monoculturas de árvores. A idéia foi apoiada por organizações no mundo inteiro que desde então levam a cabo uma série de atividades especiais nessa data.

É importante enfatizar que não se trata de um dia destinado à oposição contra a plantação de árvores em geral, mas uma atividade focalizada em um tipo de plantação particular: monoculturas de árvores em grande escala.

A necessidade dessa oposição é crescentemente clara. Enquanto os governos e muitas organizações internacionais continuam promovendo o que chamam de “florestas plantadas” ou “plantações florestais”, as comunidades locais continuam opondo-se ao que descrevem como “desertos verdes”, “câncer verde”, “árvores egoístas”, “milicos plantados” ou “florestas mortas”.

Essas diferenças no uso das palavras refletem a brecha entre os que apóiam essas plantações como positivas –florestas- e os que se opõem às mesmas por seus impactos sociais e ambientais negativos, refletidos nos termos supra.

O conhecimento adquirido durante as últimas décadas, do fato de que as plantações são estabelecidas à custa dos meios de vida e o meio ambiente das populações locais, tem alcançado um nível tal de certeza que já não pode continuar sendo ignorado. País atrás país, as monoculturas de árvores têm resultado na perda líquida de empregos, migração forçada ou “voluntária”, apropriação de enormes áreas de terra por empresas nacionais e transnacionais, esgotamento e poluição de recursos hídricos, perda de biodiversidade, empobrecimento do solo, destruição de ecossistemas locais – florestas ou pradarias- e em muitos casos, em violações aos direitos humanos, incluindo a repressão, a prisão e até a morte.

O aumento na conscientização dos consumidores a respeito dos impactos da produção de produtos vinculados à madeira –desde papel até móveis- levou à criação de sistemas de certificação, que garantiriam aos consumidores que suas compras não causam impactos sobre as florestas ou sobre os povos que dependem delas.

Esses sistemas de certificação foram promovidos por diferentes atores nacionais, regionais e internacionais e levaram à criação de uma série de selos, tais como: Standard da Associação Canadense de Standards (CSA), Conselho de Manejo Florestal (FSC), Programa para a Abonação de Esquemas de Certificação Florestal (PEFC), Iniciativa Florestal Sustentável (SFI), Standard Florestal Australiano (AFS), Sistema Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR), Certificação Florestal no Chile (CERTFOR), Conselho Malaio de Certificação de Madeira (MTCC).

No entanto, nenhum deles conseguiu ver o que era evidente para as comunidades locais que habitam a vizinhança das plantações: que as monoculturas de árvores em grande escala são intrinsecamente incertificáveis.

Durante os últimos anos, o WRM concentrou seus esforços na crítica à certificação de plantações pelo FSC. Isso pode ter gerado a impressão errônea de que os outros selos eram melhores. Se esse tem sido o caso, pedimos desculpas. A única razão para termos concentrado no FSC foi porque a participação no mesmo de ONGs sociais e ambientais outorgava-lhe a esse sistema alguma credibilidade. Os outros selos –promovidos por governos e empresas- simplesmente não têm qualquer credibilidade (vide artigos sobre PEFC, CERFLOR e CERTFOR na última seção deste

boletim).

No entanto, que haja melhores ou piores sistemas de certificação não é a questão. O que se necessita não é a certificação, mas legislação ... e cumprimento da mesma. A situação é tão séria que não pode ser deixada em mãos de esquemas voluntários e consultores para decidir se uma monocultura de árvores merece receber um selo ou não: seus impactos são tais que nenhum deles merece recebê-lo.

Essa legislação deve assegurar, em primeiro lugar, que os governos cessem imediatamente de subsidiar ou apoiar de qualquer maneira às empresas plantadoras.

Em segundo lugar, que os governos proíbam o estabelecimento de novas plantações em áreas onde há evidência a respeito de seus impactos sociais e ambientais negativos.

Em terceiro lugar, que os governos levem a cabo pesquisa independente e participativa para avaliar os impactos das plantações existentes e compensem às populações locais pelos prejuízos sofridos, incluindo a devolução de terras nos casos nos que se tenham apossado delas.

Em quarto lugar, que os governos apliquem o princípio precautório e impeçam a implementação de plantações que possam resultar em impactos sociais e ambientais.

As que antecedem são apenas algumas das muitas medidas que os governos devem implementar para começar a reverter os problemas causados por suas políticas para a promoção de plantações. Os povos de cada país ou região deveriam decidir quais são aplicáveis e que outras deveriam acrescentar-se.

O dia 21 de setembro poderia ser uma celebração para esses organismos vivos que a maior parte das pessoas considera ambientalmente simbólicos –as árvores- mas a maneira na que estão sendo utilizadas para gerar lucros para alguns, faz necessário comemorar este terceiro Dia Internacional contra as monoculturas de árvores. Temos a esperança de que no futuro próximo este Dia já não seja necessário.

início

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Brasil: campanha internacional contra a violência rural na Amazônia

No contexto da campanha nacional e internacional "Chega de violência no campo! Corte este mal pela raiz!" lançada pela Rel- UITA e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) do Brasil, contra a violência rural no país, uma equipe formada por Álvaro Santos, Emiliano Camacho e quem escreve este artigo viajou desde Montevideú, Uruguai, ao Estado do Pará, na Amazônia brasileira. O propósito foi filmar um vídeo documental que recolhesse testemunhos sobre alguns das dezenas de casos de dirigentes rurais assassinados ou ameaçados de morte.

Essas pessoas lutam na "primeira linha de fogo", aí onde os "grileiros" queimam milhares e milhares de hectares de floresta para se apropriarem dessas terras sem terem nenhuma documentação – e que quando existe é sempre fraudulenta– e explorá-las durante os poucos anos em que serão férteis.

irremediavelmente condenadas à desertificação. A associação entre aventureiros enriquecidos, militares reformados e em atividade que têm fundado suas próprias dinastias feudais desde os anos ditatoriais da década de 60, os exportadores de madeiras nobres que têm arrasado com quase 40% da melhor madeira da Amazônia brasileira e continuam avançando e os pecuaristas e plantadores de soja em enormes extensões de terras pirateadas, constitui um fator de poder tão forte que, com algumas poucas e honrosas exceções, arrasa com a Justiça, a Polícia e o sistema político local.

O vídeo de 40 minutos produzido nesta ocasião,* recolhe três destas histórias que servem para compreender como é traduzido em nível pessoal, individual, na peripécia dos sobreviventes, este massacre social e ambiental que está sendo executado sobre a Amazônia. Para termos uma idéia do tamanho do desastre, basta citar alguns dados:

- Considerando apenas o período da ditadura brasileira (1964-1985), houve 10 milhões de hectares da Amazônia destinadas à colonização. A maior parte distribuída entre os próprios altos oficiais militares.

- Desde esse momento até agora houve mais de 1.550 assassinatos vinculados com a disputa pela terra entre poderosos fazendeiros e camponeses sem terra ou dirigentes de trabalhadores rurais. Só entre 1985 e 2004 houve 560 homicídios denunciados por esta causa.

- Deles, a polícia investigou apenas 30 por cento, só 6 por cento gerou um processo judicial e nada mais que em 3 por cento dos casos a justiça proferiu sentença, quase sempre absolutória dos suspeitos por "falta de provas". Em resumo, os casos em que alguém foi condenado não chegam a 1 por cento, e praticamente em nenhum deles "conseguiram" ajuizar os autores intelectuais dos assassinatos.

- Por causa desta ineficiência dos aparelhos policiais e judiciais, 300 homicídios já prescreveram.

- Em 2003, foram registradas 35 mil famílias expulsas de suas parcelas; em 2004 foram 37 mil; e em 2005, o número caiu para "apenas" 26 mil famílias. Contudo, as cifras parciais correspondentes a este ano permitem supor que no final de 2006 terá havido um incremento de famílias expulsas do campo em relação com o ano anterior.

- Os brasileiros chamam de "grileiros" àqueles que viraram fazendeiros por terem "roubado" terras fiscais. Muitas vezes, trata-se de dezenas de milhares de hectares. Esses grileiros abrem uma fenda na floresta para os grandes caminhões poderem entrar e sair. Depois, cortam toda a madeira com alto valor de mercado e o restante é incendiado. As fotos satelitais mostram todos os dias as centenas de queimadas que levantam altas cortinas de fumaça em toda a floresta amazônica, desde a Bolívia até a Venezuela.

- Depois de queimarem a "floresta inútil", os grileiros falsificam títulos de propriedade com a cumplicidade de autoridades locais corruptas e cercam com arames a nova "adquisição". Através desse procedimento há fazendeiros que chegam a acumular mais de 200 mil hectares. Primeiro colocam gado que "amansa" o solo selvático, e depois plantam soja transgênica usando maciçamente o herbicida glifosato para controlar o mato.

- Na cidade de Santarém, em plena floresta e sobre o rio Amazonas, a corporação transnacional Cargill construiu sem qualquer licença seu próprio porto e os maiores depósitos de soja no mundo onde armazena a soja produzida nessas fazendas ilegais.

- Conforme cálculos oficiais e conservadores, em todo o Brasil têm sido "arilados" uns 100 milhões de

hectares, sendo que 90 por cento estão localizados na Amazônia. Esta superfície equivale aos territórios de toda a América Central e o México somados.

- As propostas de reforma agrária que provém desde a sociedade civil sugerem um uso racional da floresta: do total de terra assignada a uma comunidade ou a uma família de agricultores, os proprietários só podem cultivar 20 por cento, e assumem o compromisso de conservar o restante 80 por cento onde só podem realizar lavouras de extração sustentável. O cumprimento desse compromisso está ligado à propriedade da terra.

- Na opinião dos sindicatos e associações de camponeses locais o governo atual tem realizado esforços notórios para modificar esta situação. Por exemplo: nos últimos anos foram liberadas na zona 17.325 pessoas que estavam submetidas a trabalho escravo em fazendas afastadas de centros povoados. Em 2005 foram quadruplicados os recursos federais destinados a resolver e prevenir estes conflitos. Foram aprovadas leis de proteção de importantes áreas da Amazônia (que é preciso fazer com que se cumpram) sem que isso satisfaça as aspirações e necessidades das comunidades atingidas. Foi aprovada a lei de proteção das comunidades quilombolas. Iniciou-se a implementação de um programa de georeferenciamento da "fronteira quente" da floresta amazônica correspondente às áreas mais atacadas pelos grileiros e madeireiros, por conta do exército brasileiro, entre outras iniciativas e ações.

- Apesar disso, o ritmo de desmatamento na Amazônia brasileira permanece em aproximadamente 2 milhões de hectares anuais, e as mudanças já decididas na capital muitas vezes demoram anos a chegar até os lugares concretos onde as comunidades e os trabalhadores rurais sofrem as conseqüências da impunidade e o absolutismo dos fazendeiros, dos poderosos.

A campanha nacional e internacional da Rel-UITA e a CONTAG já está tendo resultados positivos como a visita de delegações sindicais e parlamentares européias ao governo brasileiro e à zona do Pará com o intuito de conhecer in situ a situação denunciada. A presença da Polícia Federal na zona, e a intensificação dos recursos econômicos e humanos do Ministério Público na região abriram uma esperança de mudança. A experiência acumulada em tantos anos de luta, porém, faz com que nenhuma organização social baixe a guarda e todas se mantenham ativas e alerta.

Por Carlos Amorín, Rel-UITA.

*"En la frontera del miedo. Historias de vida y muerte", Dirección e roteiro: Carlos Amorín e Alvaro Santos; Câmeras: Emiliano Camacho, Alvaro Santos, César Ramos; Edição: Fabián Arocena; Realização: Osmedia (www.osmedia.com.uy); Produção: Rel-UITA (www.rel-uita.org), CONTAG (www.contag.org.br). Para informações sobre o vídeo: uita@rel-uita.org

A versão na íntegra deste artigo está disponível –em español- em <http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Para.html>

[início](#)

- Bacia do Congo: financiamento internacional para apoiar uma atividade madeireira de linha oligárquica

As concessões madeireiras na África normalmente são consideradas como unidades de manejo florestal. Porém, elas são consideradas como um tipo de moeda em um sistema maior de política de poder e exploração.

A comunidade internacional teve um papel chave no estabelecimento e a perpetuação da política de "patrimônio madeireiro". Provavelmente, a principal maneira em que os países do norte promovem o corte oligárquico é fornecendo apoio político, militar, econômico e diplomático aos regimes oligárquicos, que está planejada para servir. Frequentemente, tal apoio é não oficial, privado ou mascarado. As Instituições Financeiras Internacionais (IFI) oferecem um apoio adicional ao concederem empréstimos desprovidos de condicionamentos para a reforma do setor florestal, ao providenciarem reformas florestais ineficazes ou erradas e empréstimos para projetos, e ao providenciarem investimentos relacionados com o setor florestal privado.

A despeito dos já sabidos problemas com o setor florestal de Camarões, o país continua recebendo financiamento internacional: na década de 1990, pelo menos 75 milhões de dólares de ajuda estrangeira foram destinados a projetos de florestamento e conservação.

Em meados da década de 1990, a Administração Inglesa para o Desenvolvimento no Exterior (então DFID) tentou implementar um programa para "operacionalizar" as disposições da Lei Florestal de 1994 de Camarões relacionadas com o estabelecimento de florestas comunitárias. Isso exigiu, primeiramente, estabelecer um claro conjunto de regulamentações para a distribuição de florestas comunitárias- o que nunca tinha sido assumido pelo governo camaronense- e em segundo lugar, estabelecer um serviço dentro do Departamento Florestal a fim de as florestas comunitárias serem administradas. As florestas comunitárias tal como são definidas na lei camaronense são extremamente limitadas em tamanho (máximo de 5000 hectares) e duração (15 anos renováveis por outros 15). Além disso, só podem ser estabelecidas nas áreas limitadas de florestas "não permanentes", ficando, desse modo, excluídas das áreas designadas como concessões florestais (UFAs). Porém, com a aprovação da Lei Florestal de 1994, essas áreas de florestas não permanentes foram cada vez mais importantes para o sistema político como um meio de atribuir direitos madeireiros no curto prazo e de "retirada súbita", ou "ventes de coupes". Desse modo, a administração florestal trabalhou ativamente para se opor à implementação de florestas comunitárias.

Isto esclarece que as instituições que agora administram o "setor florestal" em algumas partes da África não só estejam articuladas acima de tudo ao redor da atividade madeireira industrial como também, devido a essa atividade madeireira estar ligada aos interesses pessoais do alto escalão político, sejam diretamente contrárias a qualquer uso dos recursos florestais- tais como as florestas comunitárias- que poderiam ter benefícios do desenvolvimento mas que, potencialmente, colocariam em perigo a total discricção que esses políticos tinham tido ao usarem as florestas como meios de patronagem política.

Devido à importância das concessões madeireiras para "engraxar as engrenagens" da patronagem política, o suborno e a corrupção em todos os países da Bacia do Congo- - e em outras partes: em Costa de Marfim, Togo, Guiné, etc. -quase não surpreende que os projetos financiados internacionalmente para providenciar "ajuda técnica" a fim de melhorar a "performance" das concessões florestais africanas tenham demonstrado ser fracassos espetaculares.

Extraído de: "The political ecology of the African logging concession system and the complicity of international donors", Simon Counsell e Arnaud Labrousse, enviado por Simon Counsell, Rainforest Foundation, correio eletrônico: simonc@rainforestuk.com

- Laos: a madeira certificada pelo FSC é ilegal

A certificação de uma operação florestal de acordo com o sistema do Conselho de Manejo Florestal deveria significar que podemos confiar que as florestas são razoavelmente bem manejadas. Lamentavelmente, parece que esse não é o caso. A SmartWood, uma certificadora credenciada do FSC, certificou recentemente operações florestais no Laos que estão produzindo madeira que é ilegal de acordo com a Lei Florestal do Laos.

A certificação do FSC é o resultado de mais de uma década de projetos de ajuda e milhões de dólares de dinheiro de ajuda. Entre 1996 e 2000, um projeto financiado pelo Banco Mundial e o governo finlandês estabeleceu uma série de Associações Florestais de Aldeias nas províncias de Savannakhet e Khammouane no Laos. O projeto, que era parte do Programa de Manejo de Florestas e Conservação (FOMACOP) visava a desenvolver um modelo de "atividade florestal de aldeias", através do que os povoadores cortariam as florestas e receberiam uma porção do dinheiro obtido da madeira.

A primeira tentativa de determinar se a "atividade florestal de aldeias" poderia ser certificada pelo FSC apareceu em 1999. Mas os funcionários do governo do Laos estavam descontentes sobre qualquer monitorização exterior das operações florestais. Espalharam-se os boatos de que os funcionários do governo estavam preocupados com a perda de uma fonte de renda lucrativa: subornos da indústria madeireira. O FOMACOP colapsou em 2000, pouco depois da tentativa de certificação falida.

O Banco Mundial e o governo finlandês subsequentemente estabeleceram outro projeto, chamado desta vez o Projeto de Florestamento Sustentável e Desenvolvimento Rural (SUFORD). Em maio de 2003 a SmartWood avaliou o manejo florestal. Em janeiro de 2006, depois de que uma série de condições foram cumpridas à satisfação da SmartWood, a SmartWood emitiu um certificado do FSC por 39.000 hectares de floresta manejada por seis aldeias na província de Savannakhet. Um mês antes, a SmartWood emitiu um certificado por aproximadamente 10.000 hectares de atividade florestal de aldeias na província de Khammouane.

O WWF apoiou a certificação junto com o Tropical Forest Trust, uma organização estabelecida em 1999 para expandir a área da floresta certificada pelo FSC nos trópicos. "A certificação do FSC destas florestas é um passo gigante para o florestamento sustentável e a conservação na região" disse Roland Eve, Diretor de País do WWF no Laos.

Mas um relatório de consultoria vazado do projeto SUFORD financiado pelo Banco Mundial e pela Finlândia conta uma história diferente. O relatório documenta as constatações de uma visita de uma equipe do Departamento Florestal do Laos e um consultor do projeto SUFORD, Tomas Jonsson. A equipe visitou o distrito de Thapanthong na província de Savannakhet entre março e maio de 2006.

A equipe constatou que as operações madeireiras certificadas não são levadas a cabo de acordo com planos de manejo. "os documentos estavam dispersos e havia partes faltantes" e "eram entendidos apenas em parte" pelo pessoal florestal local, madeireiros e aldeões, de acordo com o relatório de Jonsson.

A equipe constatou que os povoadores e o pessoal florestal local eram “quase incapazes de usar os mapas de árvores”. Constatou-se que os mapas eram inexatos. Na florestas, as árvores a serem derrubadas não estavam adequadamente marcadas. Árvores não marcadas tinham sido cortadas. Algumas árvores marcadas foram deixadas em pé. As árvores de resina usadas pelos povoadores tinham sido cortadas. Alguns troncos grandes e de boa qualidade foram deixados na área de corte. As trilhas não coincidiam com as marcadas nos mapas. Isso não surpreende já que a equipe madeireira não tinha cópias dos mapas. Também não tinham equipamento de segurança ou protetor. As equipes madeireiras viviam sob uma lona alcatroada, em um acampamento madeireiro, sem instalações para lavagem ou banheiros.

Foram cortadas mais árvores que nos planos de manejo porque a província emitiu quotas madeireiras “por cima e por baixo dos volumes coletáveis de acordo com planos madeireiros aprovados.” Várias áreas que supostamente ainda não deviam ser cortadas de acordo com os planos de manejo tinham sido cortadas. A equipe também achou sinais de que os aldeões estavam cortando e processando madeira serrada dentro da área certificada.

A equipe concluiu que a atividade madeireira não é controlada pelos planos de manejo, mas é guiada pela demanda de um número crescente de serrarias locais. Os planos madeireiros são interpretados no sentido de “outorgar o direito de cortar um determinado volume em vez de permitir especificamente a remoção das árvores selecionadas e marcadas” de acordo com o relatório de Jonsson.

Com a certificação do FSC, deveria ser possível rastrear a madeira até o local específico da floresta do que veio, através de um sistema de marcação e identificação da origem da madeira. “Em todos os locais inspecionados (floresta, depósito, serraria),” a equipe constatou que “nenhuma árvore ou tronco estava marcado de acordo com os requisitos”. Os troncos que estavam marcados não tinham o número apropriado e às vezes estavam marcados com giz. “O rastreamento e a cadeia de custódia de árvores/troncos é portanto impossível” escreveu Jonsson em seu relatório.

A equipe de controle também achou evidência de atividade madeireira ilegal – atividade madeireira em áreas onde os planos de manejo não existiam ou não tinham sido aprovados ainda. Sem uma marcação adequada da madeira não é possível saber se a madeira dessas operações ilegais ou qualquer outra está sendo passada como madeira certificada do FSC.

Mas a SmartWood sabe tudo isso. Os avaliadores da SmartWood emitiram uma condição que estabelece que “Para o final do Ano 1, todos os troncos devem conter marcas claras e duradouras (por exemplo, com tinta ou gravadas) para identificar a aldeia, faixa e número de tronco.”

De acordo com a Lei Florestal do Laos é ilegal movimentar troncos que não estão marcados apropriadamente. Portanto, antes de que a condição da SmartWood seja cumprida, a madeira certificada pelo FSC de Savannahkhet é ilegal de acordo com a lei do Laos.

Por Chris Lang, e-mail: chrislang@t-online.de, www.chrislang.blogspot.com

[início](#)

- Nicarágua: mineração na Reserva de Biosfera do Sudeste da Nicarágua

A Nicarágua conhece os efeitos da mineração já faz tempo. As numerosas explorações de ouro e

outros minerais metálicos têm deixado uma seqüela de deterioramento ambiental, impactos sobre o recurso hídrico com níveis elevados de cianeto, chumbo e arsênico, entre outros, e danos irreparáveis na saúde de milhares de trabalhadoras e trabalhadores, que além disso, também tiveram seus direitos trabalhistas desrespeitados.

Apesar de alguns municípios da Nicarágua, que apostaram no desenvolvimento baseado nas atividades extrativas, serem os que registram maiores índices de pobreza --de acordo com o mapa de pobreza elaborado pelo Instituto Nicaragüense de Estatísticas e Censos (INEC)-- o Governo da Nicarágua mostra um crescente interesse em continuar outorgando concessões mineiras em todo o país. O Centro Humboldt tem registrado que até dezembro do ano 2005 foram outorgados 1.401.539 hectares para concessões mineiras de prospecção e exploração metálica e não metálica, em um país cujo território tem uma superfície terrestre total de 121.428 km² (12.142.800 hectares).

Recentemente, o Governo Municipal de Nueva Guinea, concedeu à Empresa Minerais da Nicarágua S.A. (MINESA) uma licença para a prospecção e exploração mineira a céu aberto. Integrantes do Comitê de Desenvolvimento Municipal (CDM), da Comissão Ambiental Municipal (CAM) e da Sociedade Civil Organizada (SCO) denunciaram o fato junto à Sala do Contencioso da Suprema Corte da Justiça (CSJ). Em março de 2004, a MINESA tinha solicitado à Direção Geral de Recursos Naturais do Ministério do Fomento, Indústria e Comércio (MIFIC), uma concessão mineira por um período de 25 anos, em uma parcela denominada San Antonio, com aproximadamente 23.000 hectares.

O local está no Município de Nueva Guinea, que faz parte da Reserva de Biosfera do Sudeste da Nicarágua, tendo uma extensão de 18.340 Km² e abrigando uma grande biodiversidade de flora e fauna. "O solo de Nueva Guinea é argiloso e ácido. Por ser um trópico úmido, a descomposição das folhas, elementos orgânicos e a umidade produzem uma favorável camada fértil, que o faz produtivo. Porém, o desenvolvimento da mineração prejudicaria nosso ambiente, ao transformar o solo em trópico seco" explicou Luis Umaña, representante da SCO. A exploração mineira alteraria completamente o tipo de vegetação, a biodiversidade, a flora e fauna, além de abalar a produtividade dos solos e provocar o deslocamento da população e outras atividades econômicas que são geradoras de maiores rendimentos.

Umaña explicou que com esse tipo de ações o Governo Municipal de Nueva Guinea provocará a degradação sócio- ambiental da zona, atingindo a mais de 120.000 habitantes. Devido a ser uma região de chuvas constantes, existe grande perigo de que a terra absorva o cianeto que se espalhar, e isso ocasionará a poluição das águas subterrâneas.

A SCO denunciou que tinham sido descumpridas as disposições legais referentes à realização de uma consulta prévia à população para uma concessão mineira. "Foi desrespeitada a Lei 475 de Participação Cidadã, a qual faculta qualquer governo a fazer consultas aos cidadãos. Portanto, solicitamos informações mais amplas, a fim de emitirmos uma opinião quanto à viabilidade, benefício ou prejuízo que esta atividade possa trazer ao município de Nueva Guinea", expressou Umaña.

O integrante da SCO instou ao prefeito do município e ao governo que fossem respeitados os artigos 60 e 102 da Constituição Política da Nicarágua, os quais garantem o direito dos cidadãos a habitar em um ambiente saudável, bem como a obrigação do Estado de preservar e cuidar o ambiente e os recursos naturais.

Artigo baseado em informação obtida de: "Reserva de la biosfera del Sur Este de Nicaragua en Peligro por concesión Minera", Aldo Palacios, distribuído pela Rede de Periodistas Ambientais; Caso:

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Brasil e Uruguai: as promessas da Stora Enso e a dura realidade

Há alguns meses, tanto no Uruguai quanto no sul do Brasil começaram a circular reiterados depoimentos, tanto de funcionários da empresa sueco- finlandesa Stora Enso, quanto das altas hierarquias dos governos de ambos países, sobre as vantagens que terá para a população local a instalação de fábricas de celulose dessa empresa na região.

O presidente da Stora Enso para a América Latina, Nils Grafström, bem como outros altos executivos da firma sueco-finlandesa, percorrem diferentes povoados de ambos países com o único intuito de anunciar riqueza e desenvolvimento preservando o meio ambiente. Algo bem semelhante acontece também neste momento em outros países latino- americanos, africanos e asiáticos como a China, onde suecos e finlandeses não deixam de afirmar as bondades sociais, econômicas e ambientais de seus projetos de instalação de milhares de hectares de plantações e de novas fábricas de celulose.

Os acontecimentos, porém, demonstram que ao serem instaladas nos países do sul a realidade é bem diferente do que estas empresas prometeram.

A experiência da planta de celulose Veracel –propriedade conjunta da Stora Enso e da Aracruz e operada pela sueco- finlandesa- no estado da Bahia é um claro exemplo de insustentabilidade. Como é afirmado em uma carta que recebemos assinada por um conjunto importante de “homens mulheres e jovens, trabalhadores rurais e urbanos, índios, ambientalistas, cientistas, professores, estudantes, vimos denunciar a situação de degradação e miséria em que se encontra a região do extremo sul da bahia, promovida pela empresa de celulose Veracel, uma joint-venture da Stora Enso”.

“hombres, mujeres y jóvenes, trabajadores rurales y urbanos, indígenas, ambientalistas, científicos, profesores y estudiantes” de esa región brasileña, en la que denuncian “la situación de degradación y miseria en que se encuentra la región del Extremo Sur de Bahía, promovida por la empresa de celulosa, Veracel, una joint venture de Stora Enso”.

Tal situação é o resultado dos impactos sociais e ambientais decorrentes tanto das grandes monoculturas de árvores que a empresa vem estabelecendo há anos nessa região para dispor da necessária matéria prima, quanto da própria fábrica de celulose que começou a funcionar no ano 2005 com uma produção anual de 900.000 toneladas de celulose para exportação.

A carta diz que “ao longo dos anos a Veracel obteve um histórico de degradação ao meio ambiente, concentração de terra, expulsão de milhares de trabalhadores do campo para as periferias das cidades, causando grandes transtornos sociais e ambientais”.

Quanto ao assunto da geração de empregos, a carta afirma que “não satisfeita com a quantidade de terras adquiridas no extremo sul da Bahia para o plantio de eucalipto, a veracel celulose avança agora

para o sul do estado com toda a sua volúpia e truculência. Só no município de Mascote a empresa adquiriu diversas propriedades. Aproximadamente, 400 trabalhadores perderam seus postos de trabalho. Grande parte destes trabalhadores, deslocaram-se para a periferia das cidades vizinhas”.

“no satisfecha con la cantidad de tierras adquiridas en el extremo sur de Bahia para la plantación de eucaliptos, Veracel Celulose avanza ahora para el sur del estado” y que “solamente en el municipio de Mascote, la empresa adquirió diversas propiedades. Aproximadamente 400 trabajadores perdieron sus puestos de trabajo. Gran parte de estos trabajadores se trasladaron para las periferias de las ciudades vecinas”.

De forma similar ao que está acontecendo no Uruguai e em muitos outros países, os assinantes da carta denunciam que “Em uma das propriedades do Conjunto Santa Rita (formada por 4 fazendas) adquiridas pela Veracel ... as casas, currais e plantações já foram destruídas para apagar os vestígios de que um dia existiram ali, seres humanos que sobreviviam da terra.”

Também como já está ocorrendo em outras regiões, as plantações impactam sobre a água, e a esse respeito a carta diz que: “Em toda a região, o plantio extensivo de eucalipto promoveu o desaparecimento de diversos rios e córregos.”

Quando a Stora Enso se instalou na Bahia, fez o mesmo tipo de promessas de emprego, desenvolvimento e riqueza que agora está fazendo em outros países. Conforme a imprensa uruguaia por exemplo “a informação manejada até agora pela Stora Enso” é que durante sua fase operacional gerará “uns 3.000 postos diretos e indiretos”. Na Bahia, tais promessas não só foram descumpridas senão que a empresa gerou expulsão rural, desemprego e miséria.

Nossa pergunta é até quando essas empresas poderão continuar repetindo suas mentiras impunemente.

A carta mencionada neste artigo está disponível em:

<http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/CartaStoraEnsoPr.html>

[início](#)

- África do Sul: impactos diferenciados das plantações de árvores nas mulheres

A história da indústria das plantações na África do Sul pode ser comparada com o desenvolvimento de plantações em outros países do Sul: no Brasil, a Aracruz Celulose foi desenvolvida sob uma ditadura militar; na Indonésia, o boom da celulose foi planejado e colocado em andamento durante o regime de Suharto; Camboja, Tailândia e Chile são outros exemplos de como a opressão do Estado tem beneficiado as companhias madeireiras e a indústria da polpa.

Na África do Sul, a fase inicial afetou terras controladas pelo Estado, das que as comunidades foram afastadas e deslocadas a outras áreas tribais através de um decreto governamental. A década de 1980 foi testemunha de uma onda de novas plantações estabelecidas por companhias madeireiras lideradas pela Sappi e Mondi. Tal desenvolvimento ocorreu principalmente em terras que anteriormente eram propriedade de agricultores brancos. Graças aos baixos custos de estabelecimento, em especial quanto a salários e aquisição de terras, bem como aos generosos subsídios do governo na época, a indústria madeireira local tem se transformado no maior exportador de madeira e de produtos derivados da madeira.

Porém, a vida e o padrão de vida das comunidades locais não foi melhorado pela indústria das plantações. Os chamados tratados de empoderamento e oportunidades de contratação para as comunidades não foram bem distribuídos e assim transformaram-se em uma fonte de diferenciação e de divisão social. Além disso, a invasão das plantações industriais tem acarretado impactos ambientais--inclusive a irreversível destruição das pradarias, a redução do fluxo dos córregos e a qualidade da água--, que na vida da comunidade rural típica são difíceis de separar dos problemas social, cultural, econômico e político.

Ao aprofundarmos mais nesse adverso cenário, as mulheres sofrem os impactos diferenciados das diversas atividades no setor das plantações industriais para madeira. Vários fatores resultam em maior pressão sobre as mulheres das plantações para madeira. Tais fatores deveriam ser interpretados no contexto da definição histórica e cultural da divisão do trabalho entre homens e mulheres em uma sociedade patriarcal, ainda mais intrincada devido às políticas econômicas coloniais. A vida da família rural é patriarcal e a posição do líder masculino é incontestável. É comum que o líder masculino seja quem toma as decisões importantes na família. O papel da mulher nessas economias é complicado pela falta de integração da perspectiva do gênero no envolvimento feminino e na sua participação em questões gerais. Elas foram, maioritariamente, consideradas como reprodutoras antes que como produtoras.

As mulheres são atingidas pela indústria madeireira por serem consideradas como trabalhadoras, como produtoras ou bem por morarem nas proximidades ou dentro das plantações. As trabalhadoras são afetadas por salários diferenciados ou pela capacidade (ou falta) de acesso a empregos especializados ou melhor remunerados. As produtoras de madeira são afetadas por sua capacidade de ordenar o acesso a terras adequadas que garantam rentabilidade, bem como guardar ou decidir independentemente como usar os lucros da venda da madeira. Na teoria, e frequentemente na prática, a plantação oferece uma opção econômica às mulheres rurais que não têm outra alternativa, permitindo o acesso a um pouco de terra adequada. Contudo, muitas parcelas florestais são propriedade sob contrato dos homens, mas realmente trabalhadas por mulheres. Dependendo de como o acordo contractual funcione, os aspectos trabalhistas podem aumentar os ingressos de dinheiro dos homens mesmo que sejam as mulheres as que trabalham. Esse dinheiro rara vez beneficia mulheres e crianças que realizam o trabalho já que os homens frequentemente consideram que eles já são pagos em virtude de permanecerem em suas terras.

Os problemas relacionados com o fato de morarem perto ou dentro das plantações têm a ver com segurança. As plantações próximas às moradias aumentaram as preocupações de segurança e proteção; as mulheres são estupradas e os ladrões despejam suas pilhagens nas plantações: "Como pais de meninas estamos preocupados pelas plantações. Sempre há homens estranhos vagando sem rumo e já houve notícias de crimes sexuais. Por isso, elas [as meninas] já não podem ir buscar água ou lenha. Além disso, as plantações são usadas por ladrões e assaltantes para esconder e guardar seus butins. Quando a polícia descobre essas coisas, eles vêm e nos assediam procurando em nossas casas. Não estamos seguros aqui com essas plantações", disse uma mulher local.

O tempo das mulheres é dividido entre múltiplas atividades, as responsabilidades pela produção (alimentos, disponibilidade de água e energia para uso caseiro) concorrem com as responsabilidades pela reprodução (parto, cuidado e criação dos filhos). O advenimento das atividades nas plantações industriais para madeira nessas comunidades rurais complica a nutrição e o papel carinhoso das mulheres. " Do ponto de vista de uma mulher meu maior problema é o da alimentação. Não estávamos acostumados a comprar alimentos nas lojas porque de onde nós viemos tínhamos campo para feijão e milho. Poderia ter havido campos, inclusive para as colheitas do ano seguinte. Você

podia rotar os campos confortavelmente porque havia suficiente terra. Nós podíamos comprar máquinas e moer nossos grãos. Essas são algumas das coisas que nos lembram de onde nós viemos.”

A indústria madeireira tem sido justamente etiquetada como “o principal ladrão de água”. A relação entre a água e as plantações para madeira é muito importante para um país como a África do Sul, onde a água é escassa e também muito importante para as comunidades rurais às que foram adjudicadas as terras dessas áreas por não serem suficientemente boas para a agricultura europeia e o assentamento. Na província de KwaZulu-Natal, as sedentas plantações para madeira são frequentemente localizadas na parte alta dos depósitos de água, prejudicando os usuários de águas abaixo. Nas áreas da comunidade rural, a perda de água superficial tem severos impactos negativos para a possibilidade de sobrevivência das pessoas. As plantações provocam que pequenos mananciais, córregos e lagoas desapareçam, e isso força as pessoas a deslocar-se a áreas marginais ecologicamente sensíveis para encontrarem água para seu gado e lavoura de vegetais. Também, quando a água escasseia são as mulheres as que têm que caminhar maiores distâncias para consegui-la. São as mulheres as que têm que acordar bem mais cedo para conseguir água para seu lar.

A senhora Ziqubu, uma das mulheres mais idosas em Sabokwe disse: “A coisa é que nós competimos pela água com essas plantações. Elas gastam muita água. Eu me lembro que quando nós chegamos aqui em 1996 o rio que ficava perto do nosso jardim corria perenemente porque os eucaliptos não estavam aqui. Este pedaço de terra daqui até o caminho era uma pradaria. A companhia temia que nós pudessemos plantar nossas lavouras e construir nossas casas nessa terra, e assim, eles rapidamente plantaram tudo com árvores. Desde então, a água ficou cada vez mais escassa. O córrego está secando. A terra, que nos tínhamos que drenar porque era pantanosa está seca agora. Nós solíamos excavar pequenos poços para regar as terras cultivadas. Agora nós temos que excavar mais profundo e nós conseguimos água bem mais longe. A água para beber também escasseia. Temos que buscar água para nosso gado, galinhas e cabras além da água para o consumo doméstico. Isso faz com que o trabalho para as mulheres seja ainda mais pesado. Nós temos um jardim cooperativo por mulheres desta comunidade que cercamos com a ajuda do Departamento da Agricultura, embora nós enfrentemos grandes problemas para irrigá-lo. Nós trazemos a água em cântaros sobre nossas cabeças- e o projeto do jardim das mulheres envolve mulheres idosas. Esse não é um jeito de viver e fazer negócios. O problema da água é tão crucial quanto o acesso à terra mesma. Você pode ter terra mas sem água é muito pouco o que se pode fazer com a terra. Então nós estamos aqui no meio de um deserto criado pela indústria das plantações. Pensar em que eles nem sequer ajudam com a perfuração de poços, construção de moinhos de vento ou com outras tecnologias que providenciem água. É por isso que eu disse antes que nós fomos abandonadas para pagar pelos custos desses impactos desconsiderados da indústria”.

Extraído e adaptado de: A Study of the Social and Economic Impacts of Industrial Tree Plantations in the KwaZulu-Natal Province of South Africa, John Blessing Karumbidza, WRM, dezembro de 2005
<http://www.wrm.org.uy/countries/SouthAfrica/book.pdf>

[início](#)

- **Camboja: impactos das plantações de pinus na província de Mondolkiri**

O estabelecimento de monoculturas de árvores de rápido crescimento para produzir a chamada madeira rápida se tem acelerado no Camboja depois da transição do país para uma economia orientada ao mercado no começo da década de 90. As plantações propostas e estabelecidas de acordo com o paradigma de desenvolvimento das 'concessões econômicas' incluem as madeiras rápidas da acácia, do pinus e do eucalipto. A maioria dessas concessões econômicas violam a lei cambojana e há pouca evidência de que outorguem os benefícios propostos e renda para o estado.

Entre setembro de 2004 e março de 2005, o Environment Forum Core Team (EFCT), um grupo de ativistas ambientais voluntários levaram a cabo pesquisa de campo sobre quatro concessões econômicas no Camboja. O EFCT faz parte de uma rede de ONGs ambientalmente orientadas estabelecidas pela ONG Forum on Cambodia em 1995. Utilizando métodos qualitativos e quantitativos, o EFCT analisou os benefícios prováveis e desvantagens das concessões econômicas sobre os meios de vida dos moradores locais (vide relatório completo em <http://www.ngoforum.org.kh/Land/Docs/Plantation/EFCT%20Plantations%20Report%20FINAL.pdf>).

Entre os casos investigados está a plantação de árvores de rápido crescimento do Grupo Wuzhishan LS na província de Mondolkiri. A Wuzhishan foi constituída como companhia em maio de 2004; em agosto de 2004 a companhia recebeu licença para estabelecer uma plantação de pinus de 199.999 hectares nos distritos de Sen Monorom e Ou Reang da província de Mondolkiri. Os limites da concessão também se superpõem em parte com a 'Área de Conservação da Biodiversidade Seima'.

No planejamento da concessão não houve consulta com as comunidades locais e a comunicação com as autoridades locais foi extremamente limitada. Não há mapa oficial disponível publicamente que indique a extensão da concessão outorgada. Em setembro de 2004, a Wuzhishan começou operações intensamente, aplicando liberalmente o herbicida glifosato a áreas de pradarias da concessão, queimando a vegetação morta, e começando a plantação de 250.000 mudas de pinus. Na preparação da terra para a concessão, a Wuzhishan tem cortado indiscriminadamente não apenas pradarias utilizadas pela população local Phnong para pastar o gado, mas também florestas espirituais e terras funerárias ancestrais que são elementos essenciais da cultura Phnong. O uso do herbicida foi amplamente criticado pelas comunidades: acredita-se que tem poluído recursos aquáticos, tem afetado a saúde humana e tem sido responsável pela morte de gado.

Grandes manifestações estouraram em 16 de junho de 2005, quando entre 650 e 800 pessoas, principalmente Phnong, afetadas pela plantação manifestaram na frente do escritório da companhia na cidade de Sen Monorom. Isso levou o Conselho de Ministros a emitir uma Notificação em 17 de junho de 2005, ordenando a Wuzhishan a suspender a plantação imediatamente em todas as áreas da concessão. Um comitê interministerial foi estabelecido para resolver o problema.

Apesar disso, em finais de junho, as comunidades manifestaram contra a aparente falta de progresso e o fato de que a companhia continuasse plantando, e bloquearam caminhos nas comunas afetadas pela concessão. Soube-se depois que as comunidades afetadas estavam sujeitas a numerosas ameaças e táticas de intimidação. Os bloqueios duraram aproximadamente uma semana até que a companhia os quebrou com caminhões cheios de trabalhadores brandindo enxadas, facas e paus.

Os resultados da investigação mostram que quase todas as famílias entrevistadas (98%) dedicavam-se à agricultura e à criação de animais como sua ocupação primária. 65% disseram que as atividades da companhia tinham afetado essas atividades agrícolas, devido principalmente à perda de terras para a agricultura e efeitos da pulverização do herbicida glifosato. Sabe-se que mulheres dos povoados não saem agora a cultivar porque têm medo de que os trabalhadores as violem.

Os entrevistados denunciaram uma diminuição significativa na disponibilidade de madeira, por causa principalmente do fato de que a Wuzhishan cortou a floresta. Também percebeu-se que a abundância de vida selvagem tinha diminuído bem como uma perda de hábitat decorrente das atividades da Wuzhishan.

No momento de escrever o relatório, o grau preciso de perda de bens para os aldeões era desconhecido, já que o limite preciso da plantação na vizinhança das aldeias estava sendo negociado. Apesar disso, 57% dos entrevistados disseram que iriam perder algumas de suas terras agrícolas. Grandes áreas de pradarias, longe dos centros povoados, atualmente utilizadas pelos aldeões para pastar o gado estão perdendo-se. A floresta natural e as árvores frutíferas (que crescem tanto nas florestas quanto nas pradarias) que são vitais para a colheita de produtos da floresta não madeireiros estão sendo derrubadas e os caminhos usados pelos Phnong estão sendo obstruídos. Além disso, os trabalhadores da companhia estão roubando animais, frutos e cultivos. Também foram destruídos importantes sítios culturais, isto é, florestas espirituais e terras funerárias. O reconhecimento legal da propriedade da terra complica-se pelos sistemas de propriedade comunitária praticados pelos povos indígenas Phnong.

No total, 21% das famílias entrevistadas disseram que tinham membros trabalhando na plantação. Cada trabalhador trabalhava por oito horas ao dia e recebia USD 30 a USD 42,50 por mês, e muitos trabalhadores também recebiam 25kg de arroz por mês. O Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (UNCOHCHR) tem descrito as condições de trabalho na plantação como duras. Os povoadores entrevistados identificaram que: quando estão doentes, não podem pedir licença pessoal; devem trabalhar duramente; não recebem suficiente salário; estavam preocupados pelo suposto caso de violação entre os trabalhadores; havia pressão sobre eles para que trabalhassem duro; e os trabalhadores roubavam ovelhas, cães e vacas dos aldeões para comer. Relatórios mais recentes (agosto de 2005) indicam que a maioria dos empregados da plantação são agora trabalhadores migrantes e não indígenas Phnong.

A concessão da Wuzhishan tem tido impactos negativos sérios sobre os meios de vida dos povos locais, especialmente Phnong, provocando sérias protestas, precisando que o governo em nível central intervenha em negociações para achar uma solução. Uma falta de consulta com a população local durante as etapas iniciais do desenvolvimento da concessão tem levado a uma séria desconfiança perante a companhia e um sentimento geral de que as preocupações dos povos locais não estão sendo abordadas adequadamente. De forma similar, os departamentos locais do governo e as autoridades locais não foram consultadas e foram deixadas de lado no processo de tomada de decisões. Ao serem perguntadas sobre sua opinião a respeito da companhia, 11% das famílias entrevistadas disseram que gostam dela porque podem obter trabalho, mas 88% disseram que não gostavam dela.

Desde que o relatório foi publicado, os moradores das comunidades afetadas têm tentado continuar o diálogo com o governo. Em outubro de 2005, os funcionários do Ministério do Ambiente levaram a cabo uma avaliação do impacto ambiental e social em menos de dois dias. A avaliação –que até agora não tem sido publicada– não achou impacto ambiental e atribuiu o impacto social às demandas irrazoáveis dos povoadores locais. A posição de que as comunidades locais eram exigentes demais e incultas para entender o ‘desenvolvimento’ tem sido reiterado em diferentes reuniões de representantes comunitários e funcionários do governo. Recentemente, vereadores comunitários da área afetada na província de Mondulkiri têm sido levados em viagens de estudo à capital e províncias ‘mais desenvolvidas’ para aprender do exemplo. As organizações da sociedade civil não foram informadas e têm sido sistematicamente excluídas do apoio às comunidades. Os povoadores indígenas Phnong têm medo de que o governo demarque sua terra comunitária sem qualquer respeito

por seus direitos tradicionais, direitos que estão claramente reconhecidos pela lei cambojana. Até agora a situação não tem sido resolvida.

Extraído e adaptado de: "Fast-wood Plantations, Economic Concessions and Local Livelihoods in Cambodia", Environment Forum Core Team (EFCT), <http://www.ngoforum.org.kh/Land/Docs/Plantation/EFCT%20Plantations%20Report%20FINAL.pdf>
Informação atualizada pela ONG Forum On Cambodia

[início](#)

- Índia: irá a nova Política Florestal Nacional abrir a porta para as árvores GM?

O estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) "Preliminary Review of Biotechnology in Forestry Including Genetic Modification" (<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/008/ae574e/ae574e00.pdf>), publicado em dezembro de 2004 resumiu o estado da biotecnologia na atividade florestal em geral, fazendo referência especificamente à modificação genética das árvores. Em suas constatações informa sobre 225 testes de campo ao ar livre de árvores GM no mundo inteiro, em 16 países. Lamentavelmente não diferenciam quais testes de campo são atuais e quais ocorreram no passado, descrevendo um panorama um tanto distorcido. Dos 225 testes de campo, listam 150 nos Estados Unidos. Os remanescentes são listados principalmente na Europa: na França, na Alemanha, na Grã Bretanha, na Espanha, em Portugal, na Finlândia e na Suécia, bem como no Canadá e na Austrália. Os testes de campo no Sul são listados na Índia, na África do Sul, na Indonésia, no Chile e no Brasil. A China é o único país que se sabe que tem desenvolvido plantações comerciais de árvores GM, com bem mais de um milhão de árvores plantadas em dez províncias.

Mencionava-se no estudo que a Índia tinha levado a cabo um teste de campo de uma plantação de árvores GM. Atualmente, uma nova Política Florestal Nacional está sendo debatida a portas fechadas que, de acordo com um relatório do Indian Financial Express, "espera-se que promova as árvores geneticamente modificadas (GM) para fomentar a indústria do papel bem como melhorar a qualidade dos subprodutos da madeira."

As árvores geneticamente modificadas têm o potencial de mudar radicalmente e permanentemente as florestas do mundo. Como com os cultivos GM, um assunto fundamental é a fuga de genes, mas os efeitos vão mais longe disso devido ao papel central que as árvores têm no ecossistema.

Depois de pesquisar, o pessoal de Ecologist Asia não pode descobrir detalhes da Política Florestal Nacional proposta. A subsidiária na Índia da Monsanto diz que não está trabalhando com árvores GM na Índia neste momento. Em resposta a uma pergunta por e-mail, a representante da Monsanto Índia, Susan Joseph, disse desde seu escritório em Mumbai que "O negócio da Monsanto Índia consiste em desenvolver herbicidas de alta qualidade, sementes híbridas (milho e girassol) e características biotecnológicas (algodão Bt)." No entanto, quando foi perguntada sobre o curso de ação provável da Monsanto se a nova Política Florestal Índia promover as árvores GM, ela não respondeu.

Anne Peterman do Global Justice Ecology Project, sediado nos EUA, que está coordenando uma campanha internacional contra as árvores GM, disse em resposta a isso que "As árvores estão sendo modificadas para resistir ao herbicida Roundup da Monsanto. Se forem propostas as árvores "Roundup-ready" (resistentes ao herbicida Roundup) para a Índia, essa será uma conexão com a

Monsanto, apesar de que ela não esteja diretamente envolvida na Pesquisa & Desenvolvimento. A Monsanto vai beneficiar-se definitivamente com essas árvores através dos aumentos nas vendas de seu herbicida tóxico Roundup." Se, como foi sugerido pelo Indian Financial Express, o objetivo da utilização de GM na Índia é fomentar a indústria do papel, é provável que uma característica que será geneticamente modificada é o conteúdo de lignina nas árvores. Reduzir a quantidade de lignina, que fornece a rigidez e fortaleza às paredes de células das plantas é potencialmente uma economia para a indústria da pasta de celulose e do papel, que deve remover menos lignina durante o processamento da fibra de madeira.

No entanto, como foi apontado pelo Prof. Joe Cummins do Instituto da Ciência na Sociedade (ISIS), sediado no Reino Unido, em um trabalho sobre redução de lignina, "as vantagens do conteúdo reduzido de lignina são compensadas pela desvantagem das plantas com menor lignina, que são mais facilmente atacadas por predadores como insetos, fungos e bactérias."

É provável que as débeis árvores GM com lignina reduzida requeiram características adicionais geneticamente modificadas, como resistência aos insetos Bt e tolerância aos herbicidas. A fuga dessas características para o ecossistema selvagem é então apenas uma questão de tempo, como já tem acontecido com os cultivos GM de diferentes tipos.

As agências internacionais como a FAO também estão tendo um papel fundamental no assunto das árvores GM. Em resposta a uma pergunta por email, Pierre Sigaud da FAO disse que "A FAO não se pronuncia em favor nem contra as árvores GM." Em uma declaração sobre biotecnologia em seu site na web a FAO diz que apóia um "enfoque cauteloso caso por caso para abordar as preocupações legítimas pela biosegurança de cada produto ou processo antes de sua liberação". No entanto, com o envolvimento da FAO no programa das árvores GM na China, resulta claro que isso representa uma postura de fato em favor das plantações industriais de árvores GM. Não houve qualquer resposta a um email pedindo mais clarificações sobre a posição da FAO.

As espécies que poderiam ser comercializadas na Índia incluem o eucalipto GM, que tem sido chamado de "árvore egoísta", por causa dos grandes volumes de água que utiliza, com o decorrente efeito sobre os vulneráveis lençóis freáticos da Índia. A pulverização de glifosato, por exemplo com o Roundup da Monsanto, também levaria à inevitável poluição da água potável e problemas com a saúde para os moradores locais, tais como câncer e abortos. A Dinamarca já tem proibido o glifosato por essa razão.

A nova Política Florestal Nacional da Índia está sendo delineada neste contexto, possivelmente com pressão de companhias que vão beneficiar-se com as árvores GM. Enquanto as florestas da Índia, já sujeitas a pressões, lutam para sobreviver neste século 21, com as comunidades humanas, ecossistemas nativos e especialmente as fontes de água, que dependem delas, é hora de pedir transparência neste processo.

Artigo baseado em informação de: "The International Status of Genetically Modified Trees", 2005, Anne Petermann, Global Justice Ecology Project, <http://www.globaljusticeecology.org/index.php?name=getrees&ID=339>; "Preliminary Review of Biotechnology in Forestry Including Genetic Modification", FAO, dezembro de 2004, <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/008/ae574e/ae574e00.pdf>; "GM trees bloom in rush to feed growing paper industry", BV Mahlakshmi, 2005, http://www.financialexpress.com/fe_full_story.php?content_id=97000; "Frankentrees Threaten India's Forests", Philip Carter, email: pcarter@web.ca, http://www.writingfortheplanet.com/images/GE_Trees.pdf#search=%22Frankentrees%20Threaten%20India%E2%80%99s%20Forests%22

- Indonésia: expertos da Aliança Banco Mundial/ WWF procuram novos caminhos para subsidiarem plantações

Seja onde for que as plantações de árvores estejam estabelecidas no Sul, os governos providenciam aos investidores uma série de subsídios. Na Indonésia, o governo tem distribuído bilhões de dólares para o desenvolvimento das plantações de árvores. Os setores da plantaço e da celulose também têm recebido um generoso apoio assistencial. O Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento financiaram pesquisas na década de 1980. Várias agências de crédito para a exportação ajudaram a financiar a construção de fábricas de celulose.

Na década de 1980, enquanto vastas áreas das florestas indonésias estavam sendo destruídas pelas companhias madeireiras, o governo indonésio estabeleceu um "Fundo de Reflorestamento" financiado com os royalties arrecadados das companhias madeireiras. Depois de as companhias madeireiras terem cumprido suas obrigações de reflorestamento, poderiam reclamar o dinheiro do Fundo de Reflorestamento. Obviamente, a maioria das companhias madeireiras não realizou o reflorestamento e simplesmente não solicitaram os pagamentos ao Fundo de Reflorestamento. Em consequência, a quantia de dinheiro no fundo cresceu rapidamente.

Na década de 1990, o governo modificou o Fundo de Reflorestamento a fim de permitir o financiamento direto das plantações industriais de árvores. Mas a maior parte do dinheiro foi parar nas mãos da família de Suharto e de seus comparsas de negócios. A ONG Down To Earth observa que Suharto usou dinheiro do fundo para a State Aircraft Company e os Jogos do Sudeste Asiático. Entre 1993 e 1998, mais de US\$ 5 bilhões desapareceram do fundo. Muitos dos empréstimos do Fundo de Reflorestamento que eram para as companhias de plantações industriais de árvores transformaram-se em dívidas irrecuperáveis. Há dois anos, o Departamento Florestal renegociou os empréstimos do Fundo de Reflorestamento. Em decorrência disso, 14 companhias plantadoras fecharam por não poderem restituir a dívida.

As companhias elaboraram propostas solicitando financiamento para as plantações industriais de árvores, mas as áreas plantadas eram bem menores das que eles reclamavam. Entre 1990 e 1997, aproximadamente US\$ 1 bilhão foi distribuído do fundo, que deveria ter pago cinco milhões de hectares de plantações. Menos de um quinto dessa superfície estava, na realidade, plantado.

No início deste ano, a Aliança Florestal Banco Mundial/ WWF começou um projeto com o Ministério Florestal destinado a elaborar "mecanismos financeiros que pudessem ajudar a expandir e acelerar o desenvolvimento das plantações". Em uma "nota conceitual da atividade datada em fevereiro de 2006, a Aliança afirma que a superfície de plantações na Indonésia precisa ser "no mínimo dobrada", a fim de proteger o futuro da indústria processadora de madeira do país (a qual está dominada pela indústria da celulose e do papel). A capacidade total das fábricas de celulose da Indonésia é de aproximadamente 6 milhões de toneladas ao ano. Conforme o Centro para a Pesquisa Florestal Internacional, aproximadamente 70 por cento da madeira consumida por essas fábricas de celulose é madeira dura tropical mista do que resta das florestas indonésias.

Nos locais onde as plantações foram estabelecidas, houve um enorme custo social e ambiental. Por exemplo, na província de Riau, 75 por cento da terra da Asia Pulp and Paper é pântano de turfa. A

única forma de estabelecer plantações é desmatando a floresta e drenando a terra.

Uma questão óbvia seria abordar o problema estrutural da maciça sobre- capacidade no setor da celulose na Indonésia. As plantações nem sempre são rentáveis. Conforme a Aliança Banco Mundial/ WWF, " parece que os rendimentos das plantações são insuficientes para atrair o investimento comercial." Mas a Aliança Banco Mundial/ WWF está decidida a resgatar a indústria da celulose conseguindo novos subsídios para mais plantações.

A proposta da Aliança Banco Mundial/ WWF é uma festa para os consultores. Conforme com a "nota conceitual da atividade" de fevereiro de 2006, a Aliança teve que contratar "experts" e pagá- lhes em média mais de US\$ 2.000 por semana.

Esses experts deviam desenvolver uma estratégia e um plano. Deviam buscar instituições financeiras ou mecanismos a fim de criarem incentivos para as plantações. Deviam desenvolver resultados provisórios e promover oficinas. Deviam engajar as partes interessadas. Deviam desenvolver critérios e indicadores, identificar oportunidades e barreiras e analisar futuras tendências e prováveis crescimentos de mercado.

Os experts deviam determinar as "condições e intervenções que ajudassem a melhorar o financiamento das plantações baseadas no princípio de "A árvore certa no local certo pelos motivos certos, dá mercados bem-sucedidos"

Os experts deviam "examinar abordagens para identificar beneficiários e mecanismos financeiros que possibilitassem recursos para atingir os grupos alvo certos, engajados nas atividades certas (ambiental, social e financeiramente viáveis) para os motivos certos (mercado informado e que responde) com o financiamento certo."

Os experts deviam "se focalizar em estabelecer recursos institucionais para garantir os fundos certos para os projetos certos baseados na informação certa e rendimentos certos do investimento no prazo certo estabelecido."

Os experts deviam ser tão experts que pudessem fazer isso tudo sem o inconveniente de falar com qualquer comunidade atingida pelas plantações industriais de árvores. A "nota conceitual da atividade" da Aliança Banco Mundial/ WWF afirma que "esta pesquisa de viabilidade recorre a estudos prévios e os sintetiza e analisa, em vez de ser uma compilação de dados primários."

Com este projeto para subsidiar a indústria da celulose, a Aliança Banco Mundial/ WWF mostra onde está sua lealdade: com a indústria da celulose e contra as pessoas.

Por Chris Lang, e-mail: chrislang@t-online.de, www.chrislang.blogspot.com

[início](#)

- Peru: os depredadores de ontem e de hoje, do desmatamento às plantações

Na edição anterior (Boletim Nº 109 do WRM) fazíamos referência à promoção das plantações de dendezeiros, denunciando seus impactos sobre a floresta amazônica e os camponeses deslocados.

O ímpeto “plantador” continua, também com outro tipo de árvores exóticas. Em julho do presente ano se apresentou o Plano Nacional de Reflorestamento, que promove plantações florestais com fins comerciais e industriais e que foi aprovado em janeiro do presente ano. O plano se propõe um ritmo anual de plantação daqui até 2024 de 104.500 hectares.

Em um país no que se depredaram mais de oito milhões de hectares de florestas, resulta muito irônico que se proponha como paliativo este plano de reflorestamento, e pelos mesmos autores da depredação!

Efetivamente, o Plano Nacional de Reflorestamento foi colocado em marcha pelos organismos oficiais –o Instituto Nacional de Recursos Naturais, INRENA, e o Ministério de Economia e Finanzas- junto com empresários e madeireiros. Em uma estratégia similar à aplicada em outros países da região, propõe-se canalizar os investimentos privados através de incentivos fiscais, que neste caso o Plano estabelece em um montante aproximado de 853 milhões de dólares, que inclui operações de troca de dívida externa por plantações. Define-se que o pagamento de incentivos para cada tipo de plantação e a promoção do investimento privado se fará “através do desenvolvimento de um mercado de capitais que possa oferecer linhas de crédito, com períodos de carência suficientemente amplos (colheita) e juros promocionais”. O próprio grupo florestal Fondebosque o anuncia assim: “Investimentos Florestais Privados. A Grande Oportunidade”. (<http://www.fondebosque.org.pe/boletin/Boletin25.htm>).

As instituições financeiras internacionais alinham-se para facilitar o negócio. O Banco Mundial, a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a FAO, aparecem entre algumas das possíveis fontes de cooperação técnica financeira internacional. De outro lado, dentro dos possíveis mecanismos de financiamento, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), poderiam encarregar-se do endividamento, enquanto o Fundo Ítalo-Peruano e a Cooperação Financeira Alemã o fariam com a troca de dívida.

Quase não há restrições para o negócio, já que as plantações florestais com fins comerciais e industriais de espécies exóticas –eucaliptos e pinus- podem instalar-se em quase todo o território nacional, podendo localizar-se em solos agrícolas, florestais ou pastiçais, inclusive nas terras das comunidades camponesas andinas, às que define como “as que possuem maior número de terras aptas para o estabelecimento desse tipo de plantações, cujos danos em outros países temos denunciado abundantemente (vide em nosso site: “El problema de las plantaciones forestales”, em <http://www.wrm.org.uy/plantaciones/acerca.html>)

Além disso, o setor florestal tem conseguido recentemente que o Congresso aprovasse uma nova lei enquadrada dentro do Plano Nacional de Reflorestamento, pelo que é possível alocar em concessão terras desmatadas do domínio público para investidores privados com o fim de implementar projetos de florestamento e reflorestamento. Essa lei já tem sido promulgada pelo Poder Executivo e apenas resta sua regulamentação.

Os depredadores de ontem, que se enriqueceram à custa da destruição das florestas peruanas, agora se transformarão –conforme o discurso oficial- em “florestadores” e “reflorestadores” e receberão por isso abundantes recursos desde o Estado. No entanto, apesar da mudança no título, continuarão sendo os mesmos depredadores de sempre, destruindo com suas monoculturas de árvores solos, água, flora e fauna, e sumindo as populações locais na miséria.

Plan Nacional de Reforestación. http://www.inrena.gob.pe/iffs/pnr/proyecto_pnr-

A PIOR CERTIFICAÇÃO DE PLANTAÇÕES

- PEFC: respaldo a programas de certificação sem credibilidade no Sul

O PEFC foi estabelecido entre 1998 e 1999 por grupos interessados pelo florestamento nacional – principalmente associações de proprietários de pequenas florestas em vários países europeus como o Pan European Forest Certification Scheme. Passou a ter seu nome atual depois de ter apoiado outros programas não europeus. O programa está dirigido pelo Conselho do PEFC que está formado por representantes dos programas de certificação nacionais e são os integrantes do PEFC. O PEFC não é um simples programa de certificação com um padrão simples, senão um programa para apoiar programas de certificação nacionais.

Do mesmo modo que com outros programas de certificação, ainda que o PEFC tivesse o intuito de certificar o manejo florestal, também incluiu plantações de árvores como “florestas” certificáveis.

Várias características do PEFC fazem que seja o selo perfeito para plantações insustentáveis no Sul, como é evidenciado nos dois artigos a seguir sobre certificação no Chile e no Brasil.

Como afirma um relatório do FERN (2004), “Em nenhum dos padrões do PEFC, os direitos indígenas são reconhecidos”, acrescentando que “Essa é uma preocupação específica, já que o PEFC incorporará em breve programas tropicais nos que as problemáticas dos direitos indígenas e direitos territoriais são uma preocupação importante.” Isso já aconteceu.

Nesse relatório, o FERN também considerou que “o fracasso do PEFC para reconhecer integralmente os direitos territoriais das comunidades locais é uma omissão séria, já que implica a falta de uma exigência para uma consulta adequada às partes interessadas locais durante o processo de certificação. Isso é especialmente relevante já que o PEFC está a ponto de apoiar programas não europeus em países onde a discussão sobre os direitos territoriais e reforma da legislação florestal são a chave para melhorar o manejo florestal. Se o PEFC não reconhecer essa problemática, põe seriamente em perigo a uma ampla série de organizações ambientais e sociais nesses países bem como no Norte.”

Tal preocupação é agora uma realidade: as plantações no Chile e no Brasil, às que os povos indígenas se opuseram firmemente porque as companhias plantadoras se apossaram de suas terras, têm recebido o selo avalado pelo PEFC.

O único motivo pelo qual o PEFC não foi “atacado” no Sul é que os programas de certificação que tem aprovado têm tão pouca credibilidade que não mereceram qualquer atenção das organizações envolvidas na luta contra as plantações.

O relatório do FERN também afirma que o PEFC “ ainda não modificou os fundamentos do sistema adotando uma participação igualitária dos diferentes grupos interessados. Ainda dá o predomínio à indústria florestal e aos proprietários da floresta no desenvolvimento do programa e na elaboração dos padrões. Não é, portanto, um projeto independente. Além disso, “ a consulta às partes interessadas

durante o processo de certificação não é exigida, mesmo que alguns projetos nacionais tenham realizado consultas às partes interessadas." Para piorar as coisas, "as visitas de campo não são exigidas em nenhum dos casos."

Isso tudo significa que em países tais como o Chile e o Brasil, os padrões são estabelecidos pelas próprias companhias plantadoras que serão certificadas, que a consulta adequada é inexistente e que as visitas de campo não são nem sequer necessárias- pelo menos significativas visitas de campo.

Tal como foi manifestado pelo FERN, "o limiar para ser avalado é tão baixo que a maioria dos programas de certificação podem cumprir os requisitos." Isso resultou verdadeiro.

A esse respeito, o FERN afirma " o PEFC França, que não tem um padrão mínimo de performance, não certifica no nível da Unidade de Manejo Florestal -FMU (sigla em inglês) e não requer nenhuma visitas de campo" e adverte que "Isso não é um bom prognóstico para as florestas certificadas com um programa de certificação tropical que agora quer ter acesso ao PEFC". Também isso resultou verdadeiro: centenas de milhares de hectares de plantações espalhadas em milhares de unidades de manejo- as quais nunca foram visitadas por certificadores estão- agora certificadas no Chile e no Brasil sob a proteção do PEFC.

Em resumo, o aval do PEFC pode ter credibilidade em alguns países europeus mas nos dois projetos abaixo analisados (CERFLOR e CERTFOR), transformou- se simplesmente em uma ferramenta para providenciar o acesso ao mercado de monoculturas de árvores em grande escala caracterizadas por produzirem o pior tipo de dano social e ambiental.

- FERN (2004).- Pegadas na floresta. Práticas atuais e futuros desafios da certificação florestal.
http://www.fern.org/media/documents/document_1890_1900.pdf

[início](#)

- Brasil: o programa de certificação CERFLOR não merece o mínimo de credibilidade

O programa de certificação florestal brasileiro CERFLOR, abonado pelo programa internacional PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes), foi lançado oficialmente em 2002 pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e começou a funcionar em março de 2003.

CERFLOR tem cinco princípios –acompanhados de critérios e indicadores- que variam conforme as condições locais. Põe-se muito ênfase nos planos de gestão, nos exercícios de monitorização e nos planos de desenvolvimento para as comunidades locais, mas não há requisitos sociais e ambientais mínimos e claros quanto ao desempenho. Os requisitos sociais não vão além do que se exige por lei. Não há exigências de auto-determinação dos povos indígenas e também não há ONGs ou representantes de grupos indígenas ou locais que participem na elaboração das normas do CERFLOR.

Além dos princípios, critérios e indicadores, o que importa é ver como atua na prática concreta. Nesse sentido, o caso da certificação da Aracruz Celulose é mais do que revelador. Efetivamente, CERFLOR tem certificado o "manejo florestal" de todas as plantações da empresa Aracruz nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Espírito Santo.

É interessante apontar que no caso das plantações dessa empresa no Rio Grande do Sul a disputa de terras com as comunidades indígenas do afastado estado do Espírito Santo gerou tanto desprestígio em nível internacional, que a própria empresa decidiu solicitar o cancelamento voluntário da certificação do FSC (Conselho de Manejo Florestal) de suas plantações no Estado do Rio Grande do Sul, antes de sua revalidação, em dezembro deste ano (vide Boletim Nº 107 do WRM). Essas mesmas plantações agora têm recebido o certificado de CERFLOR.

O caso das plantações da Aracruz no Espírito Santo é ainda mais sério. Nesse estado, a empresa é proprietária de 146.000 hectares de terras, dos quais 93 mil hectares são cobertos com monocultura de eucalipto. A certificação dessas plantações por CERFLOR parece até algo provocador para todos que conhecem de perto a atuação e postura dos dirigentes da empresa com as comunidades locais e seu ambiente, ao longo dos últimos 35 anos.

A Rede Alerta contra o Deserto Verde cita alguns exemplos de conflitos, alguns mais antigos, outros mais recentes:

“A Aracruz Celulose continua ocupando cerca de 10.500 hectares de terras indígenas Tupinikim e Guarani no município de Aracruz. São terras que já foram reconhecidas como indígenas pelo governo federal, porém foram excluídas da última demarcação, ocorrida em 1998. Na época, o próprio governo federal, pressionado pela Aracruz Celulose, cometeu um ato ilegal ao reduzir a terra a ser demarcada. Fica então a pergunta: como certificar uma empresa que ocupa e explora terra indígena?”

A Aracruz Celulose invadiu as terras de quilombolas no Norte do Espírito Santo, expulsando milhares de pessoas e plantando eucaliptos. Nos últimos anos, 34 comunidades de quilombolas estão num processo de rearticulação e reorganização para garantir seu reconhecimento, a devolução e a demarcação das suas terras, contando com apoio da Fundação Palmares, do INCRA e da sociedade civil organizada.

Apesar disso, CERFLOR certificou uma empresa que ocupa e explora terras de comunidades quilombolas. Moradores de Vila do Riacho que faziam carvão dos restos de eucalipto da Aracruz, tiveram neste ano seus fornos destruídos numa ação articulada entre a Prefeitura de Aracruz, a empresa, polícias e a ‘milícia armada’ da empresa Aracruz: a Visel. O resíduo de eucalipto – restos de galhos e troncos – se constituem na única fonte de sobrevivência para comunidades que foram alijadas do seu modo de vida. Atualmente essa empresa é considerada ambientalmente correta porque tem uma máquina que tritura estes restos para que o material orgânico seja reincorporado na terra. Só falta Aracruz ganhar mais um prêmio ambiental com isso... Agora, como certificar uma empresa que tira a única fonte de sobrevivência de famílias sem terra, de quilombolas, de índios, deixando-as passar fome?

Em outubro de 2004, a Aracruz destruiu quatro casas de moradores numa área de Barra do Riacho, próximo ao seu complexo industrial. Após a destruição das casas ficou comprovado na justiça que as famílias moravam no lugar há mais de 10 anos. Barbaramente, a Aracruz destruiu as casas e arrancou todos os plantios de banana, mandioca e abacaxi. É essa uma empresa que merece receber um certificado de manejo florestal, enquanto continua praticando atos de violência contra os moradores locais, igual praticou contra os índios, quilombolas e pequenos produtores ao longo dos últimos 35 anos, inclusive com o apoio da ditadura militar?”

As organizações, movimentos, comunidades e cidadãos da sociedade civil consideram que CERFLOR não merece o mínimo de credibilidade. A sociedade civil foi explicitamente excluída da

discussão sobre objetivos, princípios e critérios deste sistema de certificação. Como denuncia a Rede Alerta contra o Deserto Verde: “Até hoje nem sabemos quais são os princípios e critérios que a empresa certificadora, a BVQI, vai utilizar neste processo de certificação, e se quisermos saber, precisamos comprar a documentação relativa ao procedimento de certificação estabelecido pelo CERFLOR, o que a caracteriza como não transparente. Além disso, não há exigências sociais ou ambientais mínimas relacionadas ao certificado CERFLOR. A referência é basicamente a legislação brasileira.”

Mas como aponta a Rede Alerta contra o Deserto Verde, “uma monocultura industrial, em larga escala, nunca pode ser certificada por ser insustentável. O plantio de eucalipto é ‘sustentável’, apenas para Aracruz que aumenta a sua produtividade, às custas de um elevado consumo e da poluição dos recursos hídricos, da morte de peixes e de animais, e tantos outros impactos sócioambientais envolvendo comunidades indígenas, quilombolas e de pequenos produtores que sempre habitavam a região que se tornou conhecida atualmente como Deserto Verde. O seu modo de vida foi modificado em prol da Aracruz que destruiu a mata atlântica, acabando assim com a fonte de uma verdadeira sustentabilidade para essas comunidades.

As comunidades locais estão cansadas dos impactos cometidos pela monocultura do eucalipto. Querem alternativas baseadas na produção de alimentos na terra através de uma ampla reforma agrária, querem reflorestamento com espécies que melhorem o meio ambiente local e ofereçam múltiplas opções de uso, os índios e quilombolas querem suas terras de volta, e sobretudo, todos querem ser respeitados nos seus direitos mais fundamentais.

A Rede Alerta contra o Deserto Verde denuncia o CERFLOR, e sua equipe técnica, encarregada da elaboração do relatório para certificação da Aracruz Celulose no Estado do Espírito Santo. Sem nenhuma comunicação prévia, essa equipe, acompanhada por dois funcionários da Aracruz Celulose, apareceu na aldeia guarani Boa Esperança em 30/11/04, interrompendo uma reunião da Comissão de Caciques e Lideranças Tupinikin/Guarani. Ângelo Rafael, professor de Universidade, ex-estagiário da Aracruz Celulose e da Mannesman, com curso nos EUA, falou em nome da equipe do CERFLOR explicando que a Aracruz Celulose ainda trazia o ranço da época da ditadura militar em que o Estado possuía a maior parte das ações da empresa. No entanto, com a certificação que estava buscando poderia reverter os eventuais impactos negativos até agora causados. A certificação seria, segundo ele, um estímulo para que, daqui em diante, a Aracruz assumisse as responsabilidades, que eventualmente pudesse estar descumprindo. Segundo ainda o professor, o plantio de eucalipto seria benéfico para a população do Espírito Santo, porque estaria servindo para fabricação de móveis, livros, cadernos e de outros produtos de consumo da população. O eucalipto seria assim comparável aos plantios da mandioca, do milho e do feijão...

Questionado sobre essas afirmações e confrontado com dados que o desmentia, o professor Ângelo Rafael retirou-se intempestivamente da cabana guarani, para o seu carro. A outra senhora, integrante da equipe, que se dizia antropóloga, ainda permaneceu alguns minutos tentando argumentar a favor da empresa.”

Paulo, liderança tupinikin, questionou os especialistas dizendo: “o que vocês chamam de floresta? Para nós plantações não são floresta. O nosso conceito de floresta é diferente dos cientistas... Para nós floresta não se planta pra depois cortar. Floresta é o lugar onde nós vamos buscar o material para o artesanato, buscar a caça, os frutos e pescar os peixes nos rios... A nossa condição pra empresa receber a certificação é que ela primeiro devolva os onze mil hectares de nossa terra que está em poder dela”. E falando em nome dos índios o cacique mais velho encerrou a conversa, dizendo: “Vocês estão fazendo o trabalho de você... mas se vocês soubessem a tristeza que a empresa fez por

aqui vocês não fariam esse trabalho não ...Eu não poderia fazer. O que ela fez por aqui foi um crime. É isso que ela é, uma criminosa. Nós vamos dizer pra vocês que nós índios não concordamos que essa certificação seja dado pra ela."

Apesar de tudo isso, CERFLOR tem certificado todas as plantações da Aracruz. Fica então evidente que o programa de certificação CERFLOR não merece o mínimo de credibilidade

Artigo baseado em: "Carta pública da Rede Alerta contra o Deserto Verde sobre a certificação CERFLOR da Aracruz Celulose no Espírito Santo" y "Aracruz Celulose: CER-FLOR que não se cheira", comunicados da Rede Alerta contra o Deserto Verde, 2005; "Footprints in the forest. Current practice and future challenges in forest certification", 2004, FERN

http://www.fern.org/media/documents/document_1890_1900.pdf

All Aracruz forests now fully certified by Cerflor

<http://www.aracruz.com.br/web/en/imprensa/noticias/noticias177.htm>

Aracruz requests voluntary temporary withdrawal of FSC certification of its Guaíba Unit

<http://www.aracruz.com.br/web/en/imprensa/noticias/noticias178.htm>

[início](#)

- Chile: o selo CERTFOR tem algum valor?

Em 2000, os empresários florestais chilenos anunciaram o lançamento de seu próprio selo de certificação florestal, CERTFOR. Esse selo foi criado sob o auspício da Fundação Chile, o Instituto Florestal (Infor) e com o apoio financeiro de CORFO (Corporação de Fomento da Produção). Tendo tentado incorporar-se ao FSC –com o fim de procurar legitimidade internacional- e perante a negação recebida, CERTFOR lançou mão de outro sistema internacional de certificação: o PEFC. Foi assim que em outubro de 2004, o sistema de certificação chileno CERTFOR, foi homologado internacionalmente por PEFC.

As empresas certificadoras credenciadas para realizarem as auditorias são QMI Toronto e SGS. Resulta surpreendente que essa última também está credenciada no sistema FSC e tem sido reiteradamente questionada por sua certificação de plantações sob esse sistema. Terão sido misturados os manuais de procedimento?

Até o momento CERTFOR tem certificado sete operações florestais no Chile, que abrangem um total de nada menos que 1.600.000 hectares certificados. Entre eles estão as gigantescas plantações dos dois grupos mais poderosos do Chile: o Grupo Arauco e o Grupo Mininco.

O sistema possui 9 princípios junto com uma série de critérios e indicadores. Além desses princípios e indicadores é importante salientar que CERTFOR é capaz de certificar de uma só vez todas as plantações de um grupo empresarial. Esse é o caso da Bosques Arauco, empresa à que em um certificado só lhe foi outorgado o selo para 280.000 hectares distribuídos em 950 prédios. O mesmo aconteceu para o caso da Forestal Celco e da Forestal Cholguán (também do Grupo Arauco) às que lhe foi outorgado o selo para 446.100 hectares distribuídos em 2150 prédios. É desnecessário dizer que os certificadores percorreram apenas uma pequena fração de todos esses prédios, o que já evidencia às claras a pouca seriedade do sistema.

Entre seus princípios, o selo CERTFOR não diz nada com relação ao uso de árvores transgênicas.

portanto não seria estranho que no futuro também certificara plantações transgênicas. Esse vazão tem uma explicação muito simples: Fundação Chile, uma das criadoras desse selo, é uma das organizações que tem estado mais ativamente envolvida em engenharia genética de árvores.

Além da teoria, a própria prática contribui com elementos suficientes demais para apontar que nenhuma dessas plantações deveria ter sido jamais certificada ... por ninguém!

Em primeiro lugar, o modelo florestal chileno foi promovido durante a ditadura de Pinochet e se expandiu sobre os territórios que historicamente têm pertencido a povos indígenas do Chile: o Povo Mapuche.

Os impactos provocados pela forte expansão das empresas florestais no sul do Chile estão abundantemente documentados: a destruição da floresta nativa, a perda dos recursos hídricos e a poluição dos mesmos pelo uso de agroquímicos, erosão descontrolada, destruição da biodiversidade, diminuição e inclusive desaparecimento da fauna silvestre e da vegetação, problemas de saúde nas populações locais pelo uso de agrotóxicos, por citar apenas alguns.

Mas fundamentalmente no Chile, o "desenvolvimento florestal" tem provocado sérios impactos ao Povo Mapuche. Não é casual que o aumento no empobrecimento da população Mapuche coincide com a concentração de plantações florestais. As áreas com alto índice de demografia Mapuche entre a VIII e IX regiões, apesar dos milhões de dólares por lucros recebem as companhias, são áreas onde se concentram os maiores níveis de indignação e pobreza.

O avance do modelo florestal chileno está provocando o etnocídio do Povo Mapuche, argumento suficientemente importante como para não poder certificar nunca uma empresa florestal chilena que atua nesses territórios. No entanto os certificadores de CERTFOR não parecem ter nem sequer conhecimento do problema.

Os principais focos de conflito por reivindicações territoriais que mantêm as comunidades Mapuche são com empresas florestais, principalmente com a Forestal Mininco e com as empresas que agrupa a Bosques Arauco, gerando centenas de detidos, processados e condenados; dezenas de feridos; centenas de mobilizados, como saldo e resultado de múltiplas mobilizações destinadas à recuperação de terras e também com o fim de frear a expansão e as sérias conseqüências que se denunciam contra as empresas florestais.

Ainda mais, o povo Mapuche teve que lamentar a morte de dois jovens que em mobilizações pela recuperação de suas terras, que foram brutalmente assassinados pela guarda da Forestal Mininco. Como pode então CERTFOR outorgar um selo à Forestal Mininco para seus 540.766 hectares?

Em resumo, o selo CERTFOR é um engano para os consumidores e uma afronta às comunidades Mapuche que sofrem os impactos dessas plantações. Permitimo-nos então fazer uma pequena sugestão: que substituam o pinus de seu logo por uma caveira com duas tíbias cruzadas. Não ficaria bonito, mas refletiria melhor a realidade.

Artigo preparado com base em: CERTFOR, <http://www.CERTFOR.org>; Defensores del Bosque Chileno, <http://www.elbosquechileno.cl/41fsc.html>; "Modelo florestal chileno y Movimiento autónomo Mapuche: Las posiciones irreconciliables de un conflicto territorial" por Alfredo Seguel, http://www.wrm.org.uy/paises/Chile/modelo_forestal_chileno.html; Boletins anteriores do WRM, disponíveis em <http://www.wrm.org.uy/paises/Chile.html>

ÁRVORES GENETICAMENTE MODIFICADAS

- Abaixo- assinado à CBD exigindo a proibição das árvores geneticamente modificadas

Em sua última Conferência das Partes (COP8), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD, sigla em inglês) adotou uma Decisão (VIII/ 19) muito importante, recomendando "aos países membro a agir com cautela ao abordarem a problemática das árvores geneticamente modificadas".

Essa Decisão reconheceu "as incertezas relacionadas com os potenciais impactos ambientais e socio-econômicos, incluindo os impactos no longo prazo e além das fronteiras, das árvores geneticamente modificadas sobre a diversidade biológica das florestas em nível mundial, bem como sobre os meios de vida de comunidades locais e indígenas e, devido à falta de dados confiáveis e da capacidade em alguns países para levar a cabo cálculos de riscos para avaliar esses impactos potenciais".

Esse é um passo muito importante na direção certa, que precisa ser defendido contra a pressão que o poderoso lobby em prol das árvores transgênicas exercerá na CBD.

Devido a que a Decisão da COP 8 convidou todo o mundo " para providenciar opiniões relevantes e informações junto à Secretaria a fim de serem incluídas nesta avaliação", várias organizações elaboraram uma carta conjunta para ser encaminhada à Secretaria providenciando informações e a análise desta problemática e exigindo uma "decisão obrigatória que estabeleça a proibição imediata da liberação das árvores transgênicas."

A carta conclui que "as árvores transgênicas não têm nenhum papel para desempenhar na conservação da diversidade biológica das florestas no mundo e, pelo contrário, é provável que reduzam a biodiversidade florestal, com concomitantes conseqüências sociais. Os elevados riscos indicados pela disponível porém incompleta ciência mostram que a tecnologia poderia resultar na extinção de espécies de flora e fauna da floresta com sérios impactos negativos sobre a biodiversidade" e insta à CBD "a avançar desde a atual recomendação aos Países membro de agir com cautela até uma decisão obrigatória que estabeleça a proibição imediata da liberação das árvores transgênicas."

A carta na íntegra está disponível em: <http://www.wrm.org.uy/temas/AGM/cartaCBDport.html>

Quem quiser assinar essa carta deve enviar uma mensagem a STOP GE Trees
<info@stopgetrees.org>

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985

wrm@wrm.org.uy

<http://www.wrm.org.uy>

